

Desembolso de US\$ 4 bilhões só sai no final de outubro

BRASÍLIA - O primeiro desembolso dos novos recursos previstos no acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira só deverá ocorrer no final de outubro, praticamente um mês depois da data de assinatura dos contratos, marcada para depois de amanhã em Nova York. O desembolso será de US\$ 4 bilhões (CZ\$ 1,32 trilhão) para um total de US\$ 5,2 bilhões (CZ\$ 1,72 trilhão) de novos recursos, a serem complementados em duas parcelas de US\$ 600 milhões (CZ\$ 199 bilhões) cada, com liberação prevista para dezembro deste ano e o primeiro semestre do próximo.

A autorização para que os oito contratos abrangidos pelo acordo com os bancos credores possam ser assinados pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o Presidente do Banco Central, Elmo Camões, será concedida formalmente na reunião de amanhã do Conselho Monetário Nacional (CMN). Caberá ao CMN não só a revogação da Resolução 1.263, de 20 de fevereiro do ano

passado, que regulamentou a moratória aos juros devidos aos bancos credores privados, como também a aprovação das minutas de contratos preparados junto ao comitê assessor dos bancos.

A partir da formalização será necessário obter a assinatura de pelo menos 90% dos bancos participantes dos contratos para que o acordo se torne efetivo. Depois dessa etapa, o Brasil solicitará o desembolso dos recursos restantes do acordo interno assinado com os bancos em novembro de 1987. Nos termos desse acordo os credores desembolsarão US\$2 bilhões (CZ\$ 660 bilhões) que, acrescidos a US\$ 1 bilhão (CZ\$ 330 bilhões) do Governo brasileiro, serão utilizados para liquidar os juros atrasados de 20 de fevereiro a 30 de setembro do ano passado. Somente então será possível o Brasil ter acesso aos primeiros US\$ 4 bilhões (CZ\$ 1,32 trilhão) do novo acordo, dos quais US\$3 bilhões (CZ\$ 990 bilhões) serão imediatamente pagos aos próprios credores.



Mailson da Nóbrega, da Fazenda

Seixas pede solução que seja abrangente

BRASÍLIA — O Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, acredita que a solução para a questão do endividamento externo passa pela busca da redução do estoque dessa dívida. O acordo de reescalonamento a ser assinado em Nova York deve ser encarado, segundo ele, como contribuição para a busca de soluções mais abrangentes para o País.

— Foi o melhor acordo possível nas circunstâncias em que foi negociado — avaliou.

Para ele, os caminhos para diminuir o estoque da dívida são múltiplos. Pádua Seixas estará presente à assinatura do acordo participando em seguida da reunião anual do FMI em Berlim Ocidental. De volta ao País, o Diretor deverá formalizar o seu pedido de afastamento do cargo.